

# CULTURA POLÍTICA, HISTÓRIA POLÍTICA E HISTORIOGRAFIA<sup>1</sup>

## *POLITICAL CULTURE, POLITICAL HISTORY AND HISTORIOGRAPHY*

José Henrique Songolano NÉSPOLI\*

**Resumo:** O movimento de renovação da historiografia promovido pela 3ª geração dos Annales fez do conceito de cultura política a categoria central de uma nova história política. Segundo René Rémond, o conceito de cultura política é capaz de preencher todos os requisitos de cientificidade exigidos para a reabilitação do campo da política entre os historiadores, depois de um longo período de ostracismo em função do predomínio de uma história econômica e social. Este artigo tem por objetivo analisar a apropriação do conceito de cultura política pelos historiadores, tendo em vista compreender o papel desempenhado pelo conceito no processo de “retorno da História política”, bem como os rumos que o estudo da política veio a tomar entre os historiadores.

**Palavras-chave:** Teoria da História; Cultura Política; Nova História Política; Historiografia.

**Abstract:** The movement of renewal of historiography promoted by 3rd generation of Annales did the concept of political culture the central category of a new political history. According to Rene Rémond, the concept of political culture is able to meet all the requirements of scientificity required to rehabilitate the field of politics among historians, after a long period of ostracism due to the predominance of an economic and social history. This article aims to analyze the appropriation of the concept of political culture by historians in order to understand the role played by the concept of "return policy history" process as well as the direction the study of politics came to be taken among historians.

**Keywords:** Theory of History; Political Culture; New Political History; Historiography.

O conceito de cultura política começou a ser utilizado pelos historiadores a partir da década de 1970, em especial por historiadores ligados à Escola dos Annales. Inicialmente desenvolvido pelas Ciências Sociais norte-americanas para analisar a legitimidade das relações entre Estado e sociedade, ao ser apropriado pelos historiadores o conceito de cultura política prestou importante contribuição ao movimento de renovação da História política, pois as características do conceito satisfaziam amplamente as carências da historiografia naquele momento. Pouco enfatizado, porém, neste intercâmbio é que esta apropriação do conceito de cultura política implicou numa operação intelectual que, além das características próprias da definição original do conceito nas Ciências Sociais, incorreu também na incorporação de algumas concepções próprias da historiografia.

---

\* Doutorando em História – Programa de Pós Graduação em História – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNESP – Campus de Franca, São Paulo, Brasil. E-mail: [josenespoli@hotmail.com](mailto:josenespoli@hotmail.com).

Este artigo tem por objetivo analisar o papel desempenhado pelo conceito de cultura política no processo de renovação da historiografia ocorrido na década de 1970, conhecido como movimento de “rejuvenescimento da história política” (RÉMOND, 2003), a partir do que se pretende compreender os rumos que o estudo da política tomou entre os historiadores desde então.

### *A apropriação do conceito de cultura política pela historiografia*

Segundo Motta (2009), as origens intelectuais do conceito de cultura política devem ser buscadas no século XIX, nas ideias do pensador francês Alexis Tocqueville. Contudo, Motta enfatiza que o conceito só veio a assumir um estatuto acadêmico nos anos de 1950 e 1960, em meio ao debate das ciências sociais norte-americanas, com destaque para a obra de Gabriel Almond e Sidney Verba, *A cultura cívica*, de 1963.

Almond e Verba pertenciam a uma corrente de pensamento que se caracterizou por rejeitar o estudo jurídico e institucional da política, para em vez disso, enfatizar a análise das atitudes e comportamentos do cidadão comum, por isso criaram o conceito de cultura política, para designar o conjunto de valores e comportamentos políticos que predominam entre uma determinada população.

Estudiosos da política internacional norte-americana, Almond e Verba estavam interessados em saber se as instituições da democracia estadunidense podiam ser transplantadas para outras regiões, com contextos sociais e culturais distintos. Os autores estavam convencidos de que, se o regime político entrasse em conflito com a cultura política, o regime político entraria em crise, posto que a cultura política só se modifica num largo espaço de tempo. Para Almond e Verba, a cultura política seria o elemento determinante da política nas sociedades contemporâneas. Sem a interiorização de valores e atitudes compatíveis com o regime democrático, acreditavam os autores, o enraizamento social das instituições não estaria completo e a democracia viveria mergulhada em um contexto de incertezas (CARVALHO, 2002). Neste sentido, viam com pessimismo o futuro das democracias resultantes do pós-guerra, procurando evidenciar em seus estudos como os valores tradicionais de uma sociedade persistiam no tempo e se constituem em obstáculos à consolidação da democracia no país.

Os criadores do conceito de cultura política entendiam que o desenvolvimento econômico proporcionava a base da democracia, visto que a modernização resultaria na difusão de valores e comportamentos (individualismo, escolaridade, racionalização, etc.) mais compatíveis com o regime democrático. A tese que embasa todo o trabalho

dos autores é de que existe uma relação causal desenvolvimento econômico e democracia (BERSTEIN, 1998). Alinhados a política americana no contexto da Guerra Fria, Almond e Verba defendiam os Estados Unidos como modelo ideal de sociedade frente à ameaça comunista.

Apesar das posições claramente identificadas com o liberalismo, o mais importante feito do conceito de cultura política foi de contribuir para generalizar a noção de que os padrões culturais são componentes do ambiente político das sociedades e desempenham um papel relevante a ser levado em conta na análise da relação entre sociedade e Estado. A partir dessa obra de Almond e Verba, a noção se espalhou por diversas outras disciplinas, tornando-se um dos conceitos mais importantes e influentes das Ciências Humanas a partir da segunda metade do século XX até os dias atuais.

Os historiadores só começaram a utilizar o conceito de cultura política por volta de meados da década de 1970, em função da revisão de algumas proposições que vigoravam na Escola dos Annales. Entre pioneiros na renovação da história política geralmente destacam-se a importância de Jacques Le Goff, Jacques Juliard, Maurice Agulhon, François Furet, René Remond (BURKE, 1997). Estes historiadores estavam preocupados em rebater as críticas que durante décadas inferiorizaram o estudo da política no interior dos Annales. Esse movimento de recuperação e renovação da história política implicou a incorporação de novas ideias e conceitos que afirmavam a não limitação do político ao fato, à dimensão do tempo curto. É justamente neste sentido que a apropriação do conceito de cultura política é apresentada como “renovadora” para a história política na medida em que lhe possibilita superar o fato e entrar em contato com fenômenos duradouros e estáveis no tempo.

Até fins do século XX, a história política ainda era fortemente identificada com a história tradicional ou positivista e a visão que os historiadores tinham dela era ainda muito semelhante àquela elaborada pelas primeiras gerações da Escola dos Annales. No senso comum corrente entre historiadores dos Annales, a história política refere-se a um tipo de História que estaria inevitavelmente ligada a uma concepção estatista do poder e a uma estrutura narrativa (FALCON, 1997). Assim, a história política tradicional teria como objeto de estudo preferido o Estado e as classes dominantes, apresentando-as geralmente como sujeitos do desenvolvimento histórico, quando não como agentes civilizadores. Partindo dessas concepções, a história política tradicional procurava destacar as ideias, os planos, as estratégias, enfim, os aspectos conscientes da ação humana, por isso era uma história narrativa presa ao tempo do vivido, a curta duração. Consequentemente, a história política tradicional trata de acontecimentos, momentos

singulares que não se comparam a nenhum outro, afirmando-se, portanto, como uma disciplina ideográfica, que pesquisa o particular, o singular, aquilo que não se reproduz e que, sendo assim, afirmavam os Annales, não poderia nunca se tornar uma ciência.

Lucien Febvre e Marc Bloch, fundadores da revista, criticavam a valorização do político em detrimento do econômico e do social, sobretudo porque a aparente objetividade deste tipo de história, na prática, dissimulava uma escolha arbitrária que valorizava as elites, os grandes acontecimentos e o tempo curto. Passou-se, a partir dos Annales, a condenar a preocupação com fatos únicos, com o particular em detrimento da comparação e do geral, além do caráter elitista de uma preocupação exclusiva com grupos sociais dominantes. A partir da análise braudeliana, os fatos políticos são consagrados como uma “espuma” fortuita de importância secundária no “oceano das estruturas e processos de longa duração”. Para os Annales, a história política tinha um número infinito de defeitos, era elitista, anedótica, individualista, factual, subjetiva, enquanto que a concepção de história dos Annales caracteriza-se principalmente pela ênfase nas massas e na longa duração, entendida sobretudo como história econômica e social (BORGES, 1991/92).

Somente na década de 1970 que alguns historiadores dos Annales buscaram superar esta concepção tradicional tão criticada pelas gerações anteriores e demonstrar que a história política é tão científica como qualquer outro campo de estudo. Como afirmou Jacques Juliard, havia na verdade uma grande confusão entre as insuficiências de um método e seus objetos de estudo, ou seja, acreditava-se, entre os historiadores dos Annales, que era da natureza dos fenômenos políticos a sua limitação a categoria de fatos, a relação indissociável entre história tradicional e história política (FALCON, 1997). Coube, deste modo, aos historiadores da 3ª geração dos Annales (1968-1989) desfazer a confusão entre método e objeto que predominava na historiografia *annalista* acerca do estudo da história política, demonstrando que este tipo de história não é forçosamente factual nem está condicionada a sê-lo. Assim, o desafio para a história política consistia em superar a abordagem tradicional (narrativa e concepção institucional do poder) e assimilar a noção dos Annales de que a história é composta por uma pluralidade de tempos com diferentes ritmos de “duração”.

Neste sentido, Francisco Falcon destaca as principais linhas deste movimento de renovação da história política:

Vistas em conjunto, essas tendências moderadas parecem desenvolver, desde o começo dos anos 70 pelo menos, um movimento em três direções: (1) marcar suas próprias distâncias em relação aos erros e

equivocos da história política tradicional; (2) apropriar-se de métodos e teorias desenvolvidos tanto por historiadores quanto por cientistas sociais, sempre que se possa, a partir dessa apropriação, produzir abordagens inovadoras e hipóteses científicas no campo da história política; (3) redefinir alguns dos antigos objetos da história política mas, principalmente, definir novos e mais modernos objetos (FALCON, 1997, p. 77).

Dito de outra forma pode-se afirmar que o movimento de renovação da história política promovido pelos historiadores dos *Annales* realizou-se no sentido de: superar a vinculação unilateral da política com o Estado, incorporar a teoria da história desenvolvida pelos *Annales* ao estudo do político, e incorporar um paradigma culturalista de explicação muito em voga no momento.

Um dos objetivos fundamentais deste movimento de renovação consistia em deslocar a preocupação exclusiva da história política com o Estado para afirmar a abordagem das massas como seu objeto central, transformando-se, deste modo, em estudo da participação na vida política. “Ater-se ao estudo do Estado como se ele encontrasse em si mesmo o seu princípio e a sua razão de ser é portanto deter-se na aparência das coisas”, afirma Rémond (2003, p. 20). Neste sentido, o conceito de cultura política prestou importante contribuição ao movimento de renovação da História, visto que, a noção do fenômeno designa geralmente um conjunto de comportamentos e valores de uma determinada sociedade diante do Estado. A inflexão teórica recaiu principalmente sobre o estatuto da política: a noção do político transbordou a dimensão institucional do Estado e passou a incluir o comportamento das massas, as associações civis, a participação e a cidadania, os meios de comunicação, os padrões culturais, as mentalidades, o imaginário, enfim, o poder definido principalmente em suas bases sociais e culturais (ROSANVALLON, 1995). Assim, o fundamental da explicação política deixa de ser as instituições e passa a ser a população, com suas formas concretas de pensar e agir.

Outro ponto importante do movimento de renovação da história política foi a superação do fato. Segundo Dosse (2003), a principal característica da História produzida pelos *Annales* é a preocupação com a longa duração. Um tipo de história em que o olhar se desloca da exceção para o regular, do extraordinário para o cotidiano, dos fatos singulares para os de massa. Aqui a ênfase é dada não sobre as mudanças, mas sobre as continuidades, as permanências que dão sentido a história. Segundo Falcon (1997), pode-se afirmar que esse movimento historiográfico teve como objetivo mais claro e imediato a separação entre o político e o factual, a partir do que se viabilizará a

construção de uma Nova História Política, como se esta fosse a condição *sine qua non* para a construção de uma história política científica. Naquele momento, a concepção de ciência histórica dos Annales estava expressa no artigo *A Longa Duração* de Fernand Braudel, em que ele apresenta uma teoria da história na qual o tempo aparece cortado por três diferentes ritmos de duração: estrutural, conjuntural e dos acontecimentos, sendo que o tempo estrutural ou longa duração é o mais determinante deles, aquilo que define os limites da ação humana. Neste sentido, a apropriação do conceito de cultura política pela historiografia consistia em associar o conceito de Almond e Verba à teoria das temporalidades.

Para René Rémond, a história política

[...] se desenrola simultaneamente em registros desiguais: articula o contínuo e o descontínuo, combina o instantâneo e o extremamente lento. Há sem dúvida todo um conjunto de fatos que se sucedem num ritmo rápido, e aos quais correspondem efetivamente datas precisas: golpes de Estado, dias de revolução, mudanças de regime, crises ministeriais, consultas eleitorais, decisões governamentais, adoção de textos legislativos... Outros se inscrevem numa duração média, cuja unidade é a década ou mais: longevidade dos regimes, período de aplicação dos tipos de escrutínio, existência dos partidos políticos. Outros ainda têm por unidade de tempo a duração mais longa; se a história das formações políticas fica mais na duração média, em compensação a das ideologias que as inspiram está ligada à longa duração... Enfim, a noção de cultura política... implica continuidade na longuíssima duração (REMOND, 2003, p. 34-35)

Fica evidente nesta passagem que na incorporação do conceito de cultura política tratava-se de recuperar a história política aproveitando o movimento historiográfico mais geral da época, o que consistia em aplicar a este campo do conhecimento a teoria e o método desenvolvidos pela Escola dos Annales. Como afirma o historiador francês, “na verdade, o político, assim como o econômico ou o social, inscreve-se no curto, no médio e no longo prazo” (RÉMOND, 1999).

Para René Rémond (1999), a história política também pode ser uma história das estruturas, isso por causa do peso do passado na memória consciente ou inconsciente das sociedades, pois “os fenômenos de cultura política só podem ser compreendidos numa perspectiva de duração muito longa” (p. 54). A perspectiva que o autor propõe é de resgatar o político através do estudo da tradição, das sobrevivências, das continuidades que atravessam a ideologia dos governantes, o pensamento político e o senso comum.

Neste sentido o historiador Peter Burke (1997) faz uma importante afirmação: esse “retorno à política” promovido pela terceira geração dos Annales (1968-1989) foi motivado, em grande medida, por um sentido de reação ao determinismo econômico que havia predominado durante o período em que Fernand Braudel esteve à frente da revista (1956-1968). Estes historiadores pretendiam demonstrar que não havia uma correlação direta ou estável entre a posição dos indivíduos na sociedade, ou seja, seu estatuto sócio profissional, e suas escolhas políticas; afirmavam que, se havia uma relação, seria antes com as tradições da cultura e com a educação do que com fatores socioeconômicos (RÉMOND, 1999). Por isso, é possível afirmar, como Burke (1997), que esta redefinição do político no interior da historiografia se deu principalmente num sentido antropológico do poder, associada à descoberta da cultura pelos historiadores do político. Não se tratava de alargar a concepção do político buscando suas relações com a economia ou com a sociedade, mas sim com a cultura. Sendo assim, este movimento não pode ser caracterizado como simples “retorno à história política” do século XIX, mas como uma história política renovada, principalmente pela ênfase que passou a atribuir as relações entre cultura e política. Neste contexto, um conceito como o de cultura política veio a suprir bem as carências do movimento de renovação da história política naquele contexto.

Observe que em todas as direções que se desenvolveu o movimento de renovação da historiografia, o conceito de cultura política assumiu um papel central em todas elas. Deste modo, a apropriação do conceito de cultura política permitiu a história política renovar seus fundamentos, principalmente no sentido de preencher os requisitos necessários para ser reabilitada entre a produção historiográfica dos Annales. Por tudo isso, a cultura política pode ser caracterizada como o conceito central da Nova História Política, a tal ponto que Rémond, no último parágrafo da obra *Por uma história política*, conclui da seguinte forma:

O que se chama às vezes de cultura política, e que resume a singularidade do comportamento de um povo, não é um elemento entre outros da paisagem política; é um poderoso revelador do *ethos* de uma nação e do gênio de um povo (RÉMOND, 2003, p. 450).

De acordo com a teoria da pluralidade dos tempos, o tempo longo é mais determinante, e em termo de história política, a cultura política representaria a longa duração. Para Rémond (2003), com o conceito de cultura política a história política pode ser reabilitada como conhecimento científico. Ao se ocupar do estudo do

comportamento da população diante do Estado, integra todos os atores, mesmo os mais modestos, no jogo político, perdendo assim seu caráter elitista e individualista e elegendo as massas como seu objeto central. Seu interesse não está voltado para a curta duração, mas para uma pluralidade de ritmos que combinam o instantâneo e o extremamente lento. Além do que, com o conceito de cultura política, a história política incorpora também uma explicação culturalista da vida em sociedade.

As características do conceito de cultura política acomodavam-se muito bem aos propósitos do movimento de redefinição do político que ocorria nos marcos da 3ª fase dos Annales e prestou importante contribuição ao movimento de renovação da História política, visto que, a noção do fenômeno designa geralmente um conjunto de comportamentos, normas e valores, mais ou menos compartilhados e estáveis entre os membros de uma determinada sociedade, que se evoca para a compreensão dos acontecimentos políticos ou das instituições. De modo que, a explicação da política deixa de estar centrada no tempo curto ou nas instituições e passa a ser a longa duração e as massas.

#### *A cultura política na Nova História*

Tendo em vista que o conceito de cultura política manteve no interior da historiografia praticamente as mesmas características que apresentava nas Ciências Sociais, ou seja, em ambas as disciplinas, o conceito de cultura política foi tratado como um fenômeno duradouro no tempo e determinante em relação aos outros componentes da esfera política. A primeira vista poderíamos concluir que o conceito não sofreu maiores alterações nesse processo de apropriação. No entanto, se ampliarmos o foco da análise, atentando-se para a afirmação de Somers (1996/97) de que “os conceitos são palavras em seus contextos”, fica evidente que, embora a concepção de cultura política tivesse mantido a mesma estrutura interna, o conceito se inseriu em teorias sociais distintas, assumindo também significados particulares e diferentes em cada um destes “contextos”.

Berstein (1998) ressalta que o conceito de cultura política, ao ser apropriado pela historiografia, foi modificado pela crítica a dois pontos da proposta original: primeiro, a ideia de que só existiriam 3 tipos de culturas políticas<sup>2</sup> nas quais todos os povos tinham de ser enquadrados; segundo, a filiação do conceito ao liberalismo e a defesa dos Estados Unidos como ideal de sociedade, de onde se deduzia as vias do desenvolvimento e se pressupunha uma hierarquização das culturas políticas pelo

mundo, buscando acomodá-las numa chave evolucionista. Ou seja, no interior da historiografia, a cultura política de um povo não é mais analisada a partir de sua afinidade ou não com a democracia, e nem em relação ao desenvolvimento econômico. De modo que, nesse processo de apropriação, o conceito de cultura política se desvinculou das suas relações com o liberalismo, que caracterizavam o conceito em Almond e Verba, e assume na historiografia um significado muito mais próximo ao do conceito de mentalidades, formulado pela 3ª fase dos Annales ou Nova História.

Motta também apresenta uma visão semelhante do processo de apropriação da cultura política: é certo que os historiadores dos Annales tiveram como ponto de partida a contribuição norte-americana, mas “ao contrário dos cientistas sociais dos EUA – muito influenciados pela sociologia e pela psicologia – o grupo francês tem sua maior fonte de inspiração na antropologia”, de onde retiraram sua concepção do conceito de cultura (MOTTA, 2009, p. 19). Peter Burke é outro historiador que percebe esta abordagem mais antropológica da política empreendida pelos Annales, tanto que, para Burke, “o retorno à política na terceira geração... está associada também ao que os americanos denominam de ‘cultura política’, de ideias e de mentalidades” (BURKE, 1997, p. 103), onde o autor apresenta claramente o conceito de cultura política como um sinônimo, ou algo muito semelhante ao conceito de mentalidades.

O conceito de mentalidades foi o campo de estudo mais representativo do tipo de História desenvolvida pela 3ª fase dos Annales. Segundo Vainfas (1997), é do artigo “As mentalidades – uma história ambígua”, de 1974, escrito por Jacques Le Goff, que se pode extrair as ideias básicas que marcaram os estudos sobre mentalidades nas décadas de 1970 e 1980. Primeiramente, as mentalidades seria um fenômeno tão abrangente a ponto de diluir as diferenças inerentes à divisão de classes numa determinada sociedade, a questão da abordagem tende para o geral, apagando assim os conflitos sociais. “A mentalidade de um indivíduo histórico”, afirma Le Goff, “sendo este um grande homem, é justamente o que ele tem de comum com outros homens de seu tempo” ou “o que César e o último soldado de suas legiões, Cristóvão Colombo e o marinheiro de suas caravelas tem em comum” (VAINFAS, 1997, p. 139). Este conjunto de crenças e atitudes comuns a toda sociedade, Le Goff afirma situar-se no campo do inconsciente coletivo, por isso, as mentalidades mudam muito lentamente, sendo o tempo das mentalidades o tempo da longa duração.

Observe que no que se refere à estrutura interna, os conceitos de cultura política e mentalidades têm muitas semelhanças. Almond e Verba afirmaram que a cultura política era um fenômeno duradouro e global; Le Goff, que as mentalidades são

abrangentes e de longa duração. A diferença capital, portanto, entre as duas concepções está na função que o conceito desempenha no interior da teoria com a qual ele se relaciona. Se, nas Ciências Sociais, o conceito estava associado ao pensamento liberal e seria um instrumento a serviço do desenvolvimento capitalista, já na Nova História o conceito de cultura política aparece com um fenômeno que resiste às transformações econômicas, sociais e políticas.

Enquanto nas Ciências Sociais, o olhar se dirigia para os fundamentos do crescimento e seus resultados políticos e sociais; na História, o olhar do conceito se desloca para os freios da mudança e do desenvolvimento. Por estes e por outros motivos que não podem ser detidamente analisados no espaço deste artigo, pode-se afirmar que, apesar das semelhanças, o conceito de cultura política nas Ciências Sociais é uma coisa, e na História é outra. Enquanto que, entre os cientistas sociais, a cultura política é um conceito do liberalismo, na historiografia, ele se aproxima do conceito de mentalidades, que é tipo como um conceito vinculado ao pensamento pós-moderno (SOMERS, 1996/97).

Portando, coube também ao conceito de cultura política as mesmas críticas que foram dirigidas ao conceito de mentalidades. Segundo Vainfas, os impasses que levaram o conceito de mentalidade a entrar em franco declínio, até mesmo entre os historiadores dos Annales, foram

Em primeiro lugar, o dilema entre, de um lado, reconhecer uma *relativa autonomia das mentalidades* (sua irredutibilidade ao econômico, quer como reflexo, quer como nível determinado pela base material da sociedade) e a *necessidade de articulá-la a totalidades históricas explicativas*. Em segundo lugar, o dilema entre a *perspectiva da longa duração*, resultado da aproximação com a antropologia, e o *risco de fossilizar a história*, tornar imperceptíveis as mudanças, apegar-se enfim às frialdades que ocorrem em todas as sociedades mesmo as “quentes” (históricas). Em terceiro lugar, o dilema entre *resgatar o lado humano e até individual da história* (sentimentos, desejos, fobias) e o dever de *explicar o sentido coletivo e global da história*, as razões sociais de processos históricos determinados (VAINFAS, 1997, p. 141).

Em primeiro lugar, Vainfas (1997) ressalta que ao afirmar a autonomia do mental e sua não redução ao nível econômico ou social, o conceito de mentalidades ficou carente de uma vinculação maior com a totalidade histórica. Segundo Dosse (2003), esta valorização do cultural promovida pela Nova História teve por base uma autonomia desse último em relação às outras instâncias do real, a tal ponto que este nível é considerado como tendo temporalidade e dinâmica interna própria, independente do

resto da formação social. Através do conceito de mentalidades, o nível cultural passou a ser entendido como uma forma de determinação primária da vida social, tornando-se assim o núcleo central da inteligibilidade de uma dada sociedade.

Em segundo lugar, Vainfas (1997) chama atenção para os riscos de se associar a dimensão cultural à perspectiva de longa duração, o que pode “fossilizar a história”, tornando imperceptíveis as mudanças. Dosse (2003) afirma que esta história tomou emprestada a roupagem etnológica, por isso não está preocupada em explicar a mudança, mas sim como “funciona” uma determinada sociedade. Este tipo de escrita da história se interessa por aquilo que faz a força de resistência das sociedades, pela permanência de estruturas e valores, quebra-mares resistentes à mudança. A abordagem etnológica elimina a irrupção do acontecimento em troca da permanência, da cronologia repetida do gesto cotidiano, uma história que não está preocupada em explicar a mudança, mas como funciona uma determinada sociedade. Ou seja, realçam-se ainda mais as continuidades. O historiador dos *Annales* tornou-se um especialista do tempo imóvel.

Em terceiro lugar, Vainfas (1997) ressalta que o conceito de mentalidades, ao buscar uma valorização do ser humano concreto, enfatizando aspectos pouco abordados na análise social, como os sentimentos, o imaginário e o inconsciente, acabou abandonando qualquer preocupação com o racionalismo e com a ação humana. A abordagem cultural é valiosa por mostrar que os indivíduos agem movidos por outras influências além do interesse e do cálculo racional, mas, se ela for encarada de maneira absoluta, pode empobrecer nosso conhecimento, pois desagua num tipo de estruturalismo culturalista fundado numa explicação unilateral e determinista da vida social.

Essas críticas que foram dirigidas ao conceito de mentalidades, e à Nova História em geral, não tardaram a atingir o conceito de cultura política também. Se entender a cultura política a partir da perspectiva temporal da longa duração tem importante contribuição para a apreensão das continuidades da história no campo da política, por outro lado, fecha-se para as outras motivações que interverem na ação dos atores políticos, o que torna o conceito muito rígido para compreender as mudanças na história, de modo que o destaque conferido a apreensão da cultura política como um fenômeno de longa duração revela certo descaso como os componentes cognitivos da existência humana.

Se a política de um grupo ou formação social se explica por uma cultura arraigada entre a população, então a política é prisioneira da tradição, ressalta Motta

(2009). Com isso, corre-se o risco de cair numa interpretação conservadora da história, no interior da qual, o conceito de cultura política serve para identificar as tradições e afirma-las como modo de funcionamento da sociedade que impedem a mudança. A tendência de absolutizar a determinação cultural dos fenômenos políticos, desprezando outros fatores como o impacto das instituições nos comportamentos, o interesse individual, a racionalidade, etc., termina por menosprezar a importância do sujeito na história (MOTTA, 2009).

### *Considerações finais*

Segundo Falcon (1997), o estudo da história política divide-se fundamentalmente em dois tipos de preocupação: com os centros de governo, por um lado, e com as raízes sociais do poder, de outro. Em geral, os rumos que o estudo da política veio a tomar entre os historiadores têm seguido a segunda opção. Nas pegadas de Foucault, os historiadores veem se preocupado com uma “microfísica do poder”, que persegue as relações de poder nas extremidades, nas representações, no imaginário, naquilo que até então era considerado como epifenômeno. Se tal concepção tem a vantagem de demonstrar a diferença entre poder e Estado, ela acaba por produzir um ocultamento do Estado, que tende a privatizar e despolitizar a interpretação. Expressão de uma concepção de poder que oculta a sua dimensão política ao diluí-la e dispersá-la pelo conjunto do tecido social (DOSSE, 2003).

Desde antes da sua apropriação, o conceito de cultura política já vinha sendo entendido como um fenômeno de longa duração e determinante em relação ao Estado. Esta concepção de cultura política predominou amplamente entre os historiadores durante as últimas décadas do século XX, de modo que “o modelo comportamentalista... permanece como uma referência onipresente que pontuará qualquer balanço que se faça das novas perspectivas analíticas das culturas políticas e do seu manejo.” (DUTRA, 2002, p. 16)

Entretanto, diante das duras críticas, historiadores e pesquisadores que se utilizam do conceito têm buscado novos enfoques teóricos e analíticos para o estudo da cultura política.

Alguns historiadores franceses, como Berstein e Sirinelli, preferem enfatizar as diferenças existentes dentro de um mesmo espaço nacional, a partir de uma abordagem que privilegia a “pluralidade das culturas políticas” (MOTTA, 2009). Assim, ao invés de procurar por uma cultura política específica de cada povo (“*ethos* de uma nação” ou

“gênio de um povo”, como afirma Rémond), estes historiadores buscam identificar as diferentes culturas políticas que integram e disputam um mesmo espaço nacional, como as culturas políticas comunista, socialista, liberal, conservadora, republicana, entre outras. Por conseguinte, num mesmo momento histórico podem existir culturas políticas plurais, relacionadas à raízes filosóficas ou históricas diferentes, com concepções opostas de poder, visando projetos distintos de sociedade e com valores antagônicos (DUTRA, 2002).

Para Berstein (1998), atualmente o conceito de cultura política tenta uma explicação dos comportamentos políticos por uma fração do patrimônio cultural adquirido por um indivíduo durante sua existência, sendo a cultura política mais uma *resultante* das diversas influências que acabam por formar o homem do que uma mentalidade abrangente e homogênea que engloba toda a sociedade, como queriam alguns historiadores vinculados à Nova História.

Neste sentido, Berstein (1998) tem se preocupado em demonstrar que o fenômeno da cultura política numa sociedade pode se mover em breves períodos de tempo, motivado por processos de modernização econômica e social, mudanças de gerações, experiências vividas com os regimes políticos (sejam democráticos ou autoritários), programas educacionais, ou mesmo grandes acontecimentos políticos. O presente esforço da historiografia que trata do conceito tem caminhado no sentido de mostrar a existência e o impacto de uma série de fatores que, em diferentes espaços de tempo, podem modificar a cultura política de uma sociedade, incluindo ainda o estudo da influência de ações humanas modificadoras, planejadas e conscientes que recebem com toda justiça o nome de *política cultural*.

Já Motta (2009), historiador brasileiro que tem se dedicado ao estudo do tema, afirma que a cultura política não deve ser encarada como realidades estanques, como se estivessem encerradas em si mesma e imune ao tempo, postura que já foi criticada como uma fragmentação do real na medida em que não propõe uma síntese, uma articulação com os outros níveis do real, mas exige-se mais autonomia para o estudo da cultura, de forma que ela tende a recobrir os outros níveis da sociedade que se apagam diante de sua expansão. Para o historiador, esta tendência de absolutizar a determinação cultural dos fenômenos políticos incorre numa espécie de reducionismo culturalista que empobrece a análise, desprezando outros fatores de motivação da ação humana. Como se o mundo das ideias paira-se acima e fora da dinâmica social. Sendo que muitas vezes, o historiador da cultura política restringe-se a descrever a evolução das representações sem estabelecer qualquer relação com aquilo que a suscitou no real.

Motta (2009) reconhece que a força do conceito de cultura política e a atração que ele tem exercido sobre os historiadores têm suas raízes principalmente na hegemonia do paradigma culturalista vigente na historiografia. No entanto, chama atenção para o fato de que mesmo as representações também estão calcadas na realidade, estão em diálogo com o mundo social e com a vida concreta, e sofrem a interferência deles. Do que resulta, afirma Dutra (2002), a suposição de que as culturas políticas evoluem na história em função de determinadas conjunturas e também devido à influência de outras “culturas políticas”, podendo, nos seus vários movimentos, declinar quando deixam de responder às aspirações da sociedade, da mesma maneira como podem crescer quando respondem a problemas específicos e fundamentais da vida pública.

Para Botella, cientista político espanhol, a associação do conceito de cultura política com a ideia de longa duração promove uma naturalização dos comportamentos humanos, manifestando uma concepção de ator social que só toma decisões com base em convenções rotineiras, sem que jamais se perguntar sobre as condições de possibilidade de surgimento de um novo regime. Por privilegiar demasiadamente os aspectos inconscientes da ação humana, o conceito de cultura política termina por caracterizar o comportamento humano como um fenômeno duradouro no tempo, estável e repetitivo, apresentando assim uma concepção de cultura como atitudes e valores de um sistema social subjetivamente internalizados.

É neste terreno que Botella (1997) recupera a tradição intelectual aberta por Antonio Gramsci com as noções de hegemonia e sociedade civil. Para Gramsci, o predomínio de uma cultura política sobre uma dada sociedade, hegemonia, era consequência da ação contínua de uma enormidade de instituições políticas e educativas, que ele denominou como sociedade civil. No entanto, Gramsci enfatizou que todas as formas de organização existentes no âmbito da sociedade remetem tanto ao terreno da produção econômica, quanto ao terreno do Estado; sendo assim, sua concepção de sociedade civil é inseparável da noção dialética de totalidade, isto é, da noção de luta de classes.

Sendo assim, o predomínio de um determinado corpus de ideias em uma sociedade está ligado a existência de um determinado grupo dominante, que opera através do Estado e de seus aparelhos privados de hegemonia. Neste sentido, a cultura política assume a forma de longa duração não porque ela está enraizada no inconsciente da população, de forma naturalizada, mas porque resulta da ação contínua e cotidiana de

uma série de organizações da sociedade civil no sentido de reafirmar um determinado conjunto de valores e concepções (BOTELLA, 1997).

Enfim, estes são alguns dos caminhos alternativos que o estudo da cultura política tem trilhando entre os historiadores e pesquisadores do conceito neste início de século XXI.

## Referências

- BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23/24, set. 1991/ago. 1992, p. 07-18.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, J.P.; SIRINELLI, J.F. (Dir.). *Para uma História cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.
- BOBBIO, Norberto et.al. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOTELLA, Joan. Em torno al concepto de cultura política: dificultades y recursos. In: CASTILLO, P.; CRESPO, I. (Org.). *Cultura Política – enfoques teóricos y analisis empíricos*. Valencia: Tirant lo Blanch, 1997.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. Editora Unesp: São Paulo, 1997.
- CARVALHO, Maria Alice R.; Cultura política, capital social e a questão do déficit democrático no Brasil. In: VIANNA, Luiz Werneck (Org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002, p. 297-335.
- DOSSE, François. *A História em migalhas: dos Annales à Nova História*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- DUTRA, Eliane R. de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. *Varia Historia*, n. 28, dez. 2002.
- FALCON, Francisco História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-89.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo de Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.
- RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, A.; TETARD, P. (Org.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ROSANVALLON, Pierre; Por uma História Conceitual do Político. *Revista Brasileira de História*, n. 3, v. 15, 1995, p. 09-18.
- SOMERS, Margaret R. Qué hay de político o de cultural em la cultura política y em la esfera pública? Hacia una sociología histórica de la formación de conceptos. *Zona Abierta*, Madrid, n. 77/78, 1996/97, p. 31-94.
- VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; \_\_\_\_\_ (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 127-162.

## Notas

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão ampliada do texto entregue como trabalho de avaliação final para a disciplina *Cultura política e historiografia* ministrada pela professora Dra. Teresa Malatian no programa de pós-graduação em História da UNESP-Franca.

<sup>2</sup> Almond e Verba definiram 3 tipos de cultura política: paroquial, de sujeição e de participação. A cultura política paroquial seria característica das sociedades simples, sem instituições políticas, sendo incompleta a diferenciação entre as estruturas religiosas e políticas, caracterizadas por baixos níveis de participação política e associativa. A cultura política da sujeição ocorreria naquelas sociedades onde os indivíduos dirigem suas perspectivas e sentimentos prioritariamente para o Estado e o governo, que são encarregados de dar respostas as demandas individuais e coletivas, esta cultura política corresponderia aos regimes políticos autoritários. Por fim, a cultura política da participação, que corresponderia aos regimes democráticos, em que o cidadão é considerado participante e sujeito influente nas estruturas de poder, sendo que, para Almond e Verba, a cultura da participação teria sua realização máxima na cultura cívica (BOBBIO, 1998, p. 306-307).

Artigo recebido em: 31/08/14. Aprovado em: 14/11/14.